

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABO VERDE – MG, REALIZADA NO DIA 19 (DEZENOVE) DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO, NO HORÁRIO DAS DEZENOVE HORAS.

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das dezoito horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal, situado a Praça São Francisco de Assis, nº 07, desta cidade, sob a Presidência da Vereadora Maísa Renata Batista Gianini, e Secretariada pelo Vereador Primeiro-Secretário, Pedro Sérgio Aparecido, reuniu-se a Câmara Municipal de Cabo Verde, em caráter Ordinário, devidamente convocada na forma regimental, com presença verificada dos Senhores(as)Vereadores(as): José Maria Messias, Juscelino Tereza, Liamara Pereira Castello Branco, Lucas Guilherme da Silva, Luiz Carlos Ribeiro, Maísa Renata Batista Gianini, Marcos Alexandre da Silva e Pedro Sérgio Aparecido e ausência do Vereador João Paulo de Moraes. Em seguida, a Sra. Presidente solicita ao Vereador Lucas Guilherme da Silva que proceda a leitura de um texto bíblico como de costume. Iniciada a Reunião, a Sra. Presidente cumprimenta todos os presentes, e agradece a presença de todos nesta Reunião Ordinária desta Legislatura 2025/2028. Em seguida, passa-se a fase do **EXPEDIENTE**, e solicita ao Primeiro-Secretário, Sr. Pedro Sérgio Aparecido, que proceda a leitura das correspondências constantes no expediente, as quais ficarão arquivadas nas dependências da Secretaria da Câmara. Na sequência, passa-se ao **USO DA TRIBUNA LIVRE POR MUNICÍPIES**: Não há inscritos. Em seguida a Sra. Presidente consulta o Vereador Segundo - Secretário, Sr. Marcos Alexandre da Silva, se há inscritos para utilização da palavra livre. Este informa, que estão inscritos para utilização da palavra livre os(a) Vereadores(a) Lucas Guilherme da Silva, Liamara Pereira Castello Branco, Marcos Alexandre da Silva e Pedro Sérgio Aparecido. De uso da palavra o Vereador **Lucas Guilherme da Silva diz**: É com grande preocupação que, mais uma vez, trago à discussão a situação da saúde em Cabo Verde. Segundo o nosso Secretário de Saúde afirmou recentemente, o município possui um dos melhores atendimentos da região. No entanto, não consigo compreender tal declaração, considerando o número expressivo de reclamações que recebemos diariamente. São inúmeros relatos de cidadãos que enfrentam dificuldades para acessar serviços básicos de saúde. Um exemplo emblemático é o caso de um paciente que aguardava uma cirurgia no joelho. A intervenção foi marcada, mas, no dia previsto, não foi realizada e sequer houve comunicação sobre o cancelamento. Posteriormente, a cirurgia foi remarcada, porém, novamente cancelada sem aviso prévio. Essa pessoa, que sofre com dores constantes, permanece sem solução. Diante de situações como essa, não posso me omitir nem ser conivente. É inadmissível que os cidadãos busquem atendimento e encontrem o Secretário de Saúde sempre em reuniões, sem disponibilidade para ouvi-los. A equipe da secretaria acaba sobrecarregada, impossibilitando um atendimento adequado a todos. Por isso, solicito o apoio dos demais vereadores, pois sei que todos também recebem reclamações sobre o atendimento na saúde pública. Em reuniões anteriores, diversos parlamentares já manifestaram preocupações sobre esse tema, o que reforça a urgência de uma ação concreta. Precisamos definir uma postura firme diante dessa questão, seja por meio de uma nova reunião com o Secretário de Saúde ou, talvez, com o Prefeito, para buscarmos soluções efetivas. Além disso, cabe refletir

sobre o acúmulo de atribuições do Secretário, que recentemente foi reeleito presidente do COSEMS – Conselho de Secretários Municipais de Saúde. Diante das inúmeras responsabilidades assumidas, pergunto: isso realmente beneficia nossa cidade? Ou seria mais eficaz que ele estivesse presente no município, à frente da secretaria, garantindo o atendimento adequado à população? Surgem, portanto, questionamentos que devem ser esclarecidos. Diante disso, irei formalizar um requerimento para obter informações detalhadas sobre os gastos diários do Secretário em deslocamentos oficiais, considerando que se trata de recursos públicos oriundos dos contribuintes. É fundamental que a Prefeitura responda esse requerimento de forma transparente, pois deve lembrar que o Tribunal de Contas do Estado nos respalda na fiscalização desses gastos. De uso da palavra a Vereadora **Liamara Pereira Castello Branco diz**: Hoje venho relatar um fato preocupante ocorrido com uma funcionária gestante, que reflete a situação de muitas mulheres em nosso município. Temos dois casos recentes: uma funcionária que já deu à luz e outra que está prevista para o parto em 4 de junho. A funcionária que teve seu bebê fazia pré-natal com a Dra. Daniela em Cabo Verde e tinha previsão de parto para 26 de maio. No entanto, como sabemos, partos podem acontecer a qualquer momento. Já na madrugada de domingo, às três horas da manhã, ela chegou ao hospital em trabalho de parto. A médica de plantão examinou-a e concluiu que ainda não era o momento. Felizmente, três enfermeiras experientes – Déia, Bia e Ivanilda – perceberam que a situação exigia atenção imediata. Elas acionaram o Dr. Douglas, que, ao chegar, constatou que a paciente já estava com quatro centímetros de dilatação. Nesse momento, ele informou que havia um problema: havia apenas dois médicos disponíveis no município, tornando inviável a realização de uma cesariana emergencial caso necessário. A paciente ficou angustiada ao receber essa notícia durante a madrugada. Pouco depois, por volta das quatro horas da manhã, o bebê começou a nascer. As enfermeiras realizaram o parto e acionaram novamente o Dr. Douglas, que chegou a tempo apenas para os procedimentos finais. Diante desse cenário, faço um alerta sobre a insegurança vivida pelas gestantes de nosso município. Muitas mulheres estão temerosas com a possibilidade de serem transferidas para outra cidade no momento do parto. Já temos relatos de gestantes extremamente preocupadas, como Jaqueline e Priscila, que chegaram a desistir de comparecer hoje por receio de passar mal. A Dra. Daniela informou a algumas delas que, caso entrem em trabalho de parto antes da data prevista, serão transferidas. Esse temor transforma um momento que deveria ser de alegria em aflição. Ao chegar ao hospital, a gestante espera ter seu bebê cercada por sua família, mas, ao ser informada da transferência, o medo toma conta. E se houver uma emergência no caminho? O risco de o bebê nascer na ambulância, sem o suporte adequado, é real. Por isso, trago à atenção desta Casa uma questão de grande relevância social: a manutenção da realização de partos no Hospital São Francisco. Apesar de a unidade possuir estrutura física adequada, enfrenta dificuldades financeiras para manter uma equipe médica completa 24 horas por dia, conforme exigido pelas normativas do Ministério da Saúde. Sem essa equipe mínima, as gestantes de Cabo Verde serão obrigadas a buscar atendimento em outras cidades, comprometendo o acesso, a segurança e o conforto num dos momentos mais delicados da vida de uma mulher. Como município com gestão plena da saúde, a

responsabilidade por garantir a assistência obstétrica, incluindo o custeio dessa equipe, é da administração municipal. Assim, é imprescindível que o Executivo busque uma solução imediata. Diante das dificuldades enfrentadas, uma alternativa viável seria a celebração de um termo de cooperação entre municípios vizinhos, como Botelhos, que também depende da estrutura hospitalar de Cabo Verde. A união de esforços permitiria o rateio de custos e a divisão de responsabilidades, sem comprometer a qualidade do atendimento. Faço, portanto, um apelo para que o Executivo, em parceria com a direção do hospital e os municípios vizinhos, busque urgentemente um modelo de cooperação intermunicipal, garantindo a equipe necessária, o financiamento adequado e o compromisso político com a vida das nossas gestantes e recém-nascidos. O Vereador **Luiz Carlos Ribeiro solicita um aparte e diz:** Hoje à tarde estive com o Prefeito e, ao chegar à Prefeitura, encontrei a Diretora do Hospital, Luciana, saindo de uma reunião. A pauta do encontro era justamente sobre a necessidade de ajustes na estrutura disciplinar dos profissionais de saúde para garantir um atendimento adequado. Atualmente, a Prefeitura repassa ao hospital o valor de R\$ 225 mil, mas a unidade solicitou R\$ 325 mil para viabilizar a contratação de todos os profissionais necessários, incluindo médicos de sobreaviso. Felizmente, o diálogo entre as partes está avançando e há uma negociação praticamente acertada entre o Executivo e a direção do hospital. Além disso, o prefeito está em tratativas com o Prefeito de Botelhos para viabilizar um acordo de cooperação financeira. Nossa região enfrenta um cenário no qual nenhum outro município realiza partos, e Cabo Verde possui uma estrutura hospitalar preparada para esse serviço. No entanto, para que o hospital possa efetivamente realizar cesarianas, é fundamental garantir recursos por meio desse rateio. Dessa forma, acredito que o que foi exposto nesta sessão sobre a insegurança das gestantes e as dificuldades enfrentadas pelo hospital é extremamente pertinente e necessário. As cesarianas sempre foram realizadas em Cabo Verde, e não podemos permitir que isso seja perdido, gerando ainda mais apreensão para as gestantes do município. O Executivo está muito sensibilizado com essa questão e a negociação dos repasses adicionais já está avançada. Hoje, o custo de cada parto gira em torno de R\$ 15 mil, e precisamos garantir que os recursos cheguem ao hospital para permitir a contratação de profissionais qualificados. Houve mudanças no sistema de atendimento. Antes, contávamos com médicos como Dr. Douglas, Dr. João e Dr. Júlio, que sempre desempenharam funções além de suas atribuições formais. Por exemplo, Dr. Douglas frequentemente realizava anestésias, algo que deveria ser feito por um profissional habilitado exclusivamente para essa função. Diante disso, é essencial que o município contrate os profissionais adequados e que essa estrutura seja fortalecida. Sabemos que, recentemente, Dr. Douglas passou por uma semana extremamente desgastante, assumindo sozinho a demanda do hospital. Quero registrar, nesta Casa, nossa gratidão por seu esforço e dedicação em momentos críticos. Estamos empenhados em solucionar essa questão o mais rapidamente possível. Os ajustes necessários no repasse ao Hospital São Francisco estão sendo tratados com prioridade, para que as grávidas de Cabo Verde possam ter seus filhos em segurança, aqui no município, sem precisar enfrentar a angústia da transferência. Reafirmo o compromisso da Câmara Municipal, do Executivo e da direção do hospital em garantir que esse serviço essencial seja

mantido e fortalecido. A Vereadora **Liamara diz:** Agora, gostaria de falar sobre outro assunto: Na semana passada, a Mariana esteve presente para esclarecer por que Cabo Verde não foi incluído no circuito de rodeios. Busquei mais informações sobre o motivo e, segundo ela, a justificativa seria que a emenda destinada à Prefeitura pelo Deputado Emidinho Madeira não poderia ser utilizada para esse fim, sendo válida apenas a emenda do Deputado Antônio Carlos Arantes, que foi encaminhada anteriormente. No entanto, essa explicação não parece condizente com os fatos. O Deputado Emidinho Madeira destinou uma emenda impositiva ao município de Cabo Verde, aprovada como um recurso aberto, ou seja, uma emenda especial, que pode ser utilizada em qualquer área da administração municipal. Esse formato de emenda é o mesmo do Deputado Antônio Carlos Arantes para a realização do rodeio. A única diferença entre as duas emendas é o prazo de recebimento: tradicionalmente, as emendas estaduais são liberadas antes das federais. Assim, o argumento de que a emenda do Deputado Emidinho não seria de recurso livre não procede, pois, de fato, pode ser utilizada em qualquer setor do município. Outra questão que levanto é sobre a participação do Deputado Antônio Carlos Arantes no circuito do rodeio. Em uma live realizada na quarta-feira, ele mencionou que ficou feliz em participar do evento ao lado do Deputado Emidinho Madeira, em outubro. Se realmente houvesse um problema com a emenda do Deputado Emidinho, será que o Deputado Antônio Carlos apoiaria sua participação no circuito? Dessa forma, é necessário entender melhor por que Cabo Verde ficou de fora do circuito. Se ambos os deputados destinaram recursos semelhantes ao município, por que apenas a emenda do Deputado Antônio Carlos foi aceita para o rodeio? O Vereador **Luiz Carlos solicita um aparte e diz:** Há alguma imposição sobre o evento que não foi mencionada? O Vereador **Marcos Alexandre da Silva solicita um aparte e diz:** Muitas pessoas estão perguntando sobre a reunião mesmo. Eu estava presente e o Zé Maria esteve presente também, o Claudinho aceitou as propostas feitas. A única exigência do Deputado Emidinho foi o uso de bois credenciados. Em alguns rodeios gratuitos, muitas vezes entram bois comercializados, que não estão acostumados com as montarias. Isso gera problemas, porque esses animais podem se descontrolar ao entrar no brete, correr pela arena sem voltar corretamente e tentar atacar outros bois, atrasando o evento. Os bois credenciados, por outro lado, já estão treinados para o rodeio: pulam dentro da arena e retornam ao brete de forma tranquila. Essa exigência foi feita para garantir a segurança e a organização da competição, evitando complicações que possam comprometer o andamento das montarias. Essa foi a única condição colocada pelo Deputado Emidinho Madeira. A Vereadora **Liamara diz:** Conversei diretamente sobre essa questão e fui informado de que a única exigência feita pelo Deputado Emidinho Madeira foi que o rodeio fosse de portões abertos, garantindo acesso gratuito à população. A questão dos bois credenciados não foi mencionada por ele, mas eu já sabia que era uma preocupação, pois, embora não tenha participado da reunião, o Dinho esteve presente e acompanhou as discussões. No entanto, na reunião anterior, a Mariana afirmou que foram feitas diversas exigências, o que teria inviabilizado a aceitação da verba do Deputado Emidinho. Além disso, mencionou que a emenda dele não poderia ser utilizada para o rodeio e que demoraria para ser liberada. Mas o que eu apurei é diferente. Todas as

verbas de deputados federais naturalmente chegam depois das estaduais, e a emenda do Deputado Emidinho Madeira é impositiva, ou seja, destinada ao município com uso livre para qualquer setor conforme necessidade da administração. Agora, fica a questão: por que aceitar a verba de um deputado e recusar a de outro? Se há justificativas para recusar uma, então nenhuma deveria ser aceita. Mas por que foi aprovado o valor de R\$ 200 mil do Deputado Antônio Carlos Arantes e recusados os R\$ 250 mil do Deputado Emidinho Madeira, sendo que desse montante R\$ 200 mil seriam para o rodeio e R\$ 30 mil para a Polícia Militar adquirir um drone? Cabo Verde corre o risco de ficar fora do circuito de rodeios por politicagem, e isso não deveria acontecer. Esses pontos precisam ser esclarecidos para garantir transparência e evitar prejuízos para o município. **O Vereador Marcos Alexandre diz:** Na verdade, o valor destinado ao drone não era de R\$ 30 mil, como mencionado anteriormente. Segundo o Sargento Natanael nos informou, o equipamento custa R\$ 68 mil e seria adquirido pela Polícia Militar, que tem autorização para utilizá-lo na filmagem e monitoramento de segurança. Eu e o Vereador José Maria intermediamos essa questão junto ao Deputado Emidinho Madeira, e esse valor fazia parte da emenda que também contemplava o rodeio. No entanto, como a verba do rodeio foi recusada, o recurso para o drone também não será repassado. Agora, a Dra. Lígia está verificando uma alternativa para viabilizar essa aquisição diretamente através da Polícia Militar, sem depender da emenda recusada. Dessa forma, o drone será adquirido por outro meio. **A Vereadora Liamara diz:** Eu só queria entender o seguinte: se o Deputado Antônio Carlos Arantes aceitou a parceria com o Deputado Emidinho Madeira lá em outubro – e eu escutei ele falando sobre isso na live e essa parceria envolve várias cidades, por que justamente Cabo Verde vai ficar de fora? Agora, isso não é politicagem? Porque, se fosse para recusar a emenda do Deputado Emidinho, então que não aceitassem de nenhum deputado. **O Vereador Lucas solicita um aparte e diz:** Em relação à primeira questão trazida, é importante que a população saiba que o prefeito, por alguns anos, não reajustou o valor repassado ao hospital. Então, essa situação já vinha se arrastando há algum tempo devido à falta de reajuste. Agora, parece que houve um aumento de 7%, mas o valor atualizado ainda não foi repassado. Se há um consenso sendo construído agora, vereador Carlos, que bom! Que bom que ele colocou a mão na consciência e percebeu que não pode deixar a sociedade sem atendimento. Sobre o rodeio, vereadora Lia, essa situação nos entristece. A população percebe claramente essa rixa política que parece existir entre o prefeito e o deputado Emidinho Madeira. O deputado Emidinho não é meu deputado federal – eu tenho o meu próprio –, mas é um político que faz muito por Cabo Verde, e isso precisa ser reconhecido. O que vemos aqui é que o prefeito prefere prejudicar a população e gastar recursos próprios da Prefeitura a aceitar a verba destinada pelo deputado Emidinho Madeira. Como resultado, até mesmo a Polícia Militar precisa buscar outras alternativas para receber um drone que poderia ter sido adquirido com essa emenda. Chegamos a um ponto difícil de compreender. Se existe uma divergência política, tudo bem, mas isso não pode impactar a população. Afinal, recurso público é para todos, e não para atender preferências políticas. O dinheiro não pertence ao prefeito, mas sim à sociedade, e deve ser usado para o bem comum. Era só isso. **A Vereadora Liamara diz:** Aqui ninguém respeita a sua opinião

política. Isso sempre existiu e sempre foi assim. Eu sei porque já estive do outro lado e sei como é. O Vereador **Luiz Carlos diz:** Vereadora, me dá mais uma parte? Vou até fazer um pedido para a senhora. Como tem um contato mais próximo com o Deputado Emidinho, poderia levantar uma relação dos últimos três anos com os valores que ele destinou para Cabo Verde por meio de emendas parlamentares? Ele é o deputado federal majoritário em Cabo Verde, então seria importante termos essa informação detalhada. A Vereadora **Liamara diz:** Pode deixar que peço. De uso da palavra o Vereador **Marcos Alexandre da Silva diz:** Minha fala hoje será breve, pois quero apenas expressar meu agradecimento. Recentemente, fiz algumas fotos e vídeos das ruas da Serra, que estavam em condições muito ruins, com muitos buracos. Solicitei apoio ao Romilton, e ele foi extremamente prestativo, respondendo rapidamente à demanda. Logo enviou a equipe ao local, e o Luciano também esteve presente, acompanhando o trabalho de perto. Não conheço o nome de todos que participaram da execução do serviço, mas o Luciano foi quem coordenou os esforços. O que me chamou a atenção foi que ele não apenas supervisionou, mas colocou a mão na massa, literalmente. Pegou a picareta e trabalhou junto com a equipe, garantindo que o serviço fosse bem-feito. Ao invés de simplesmente jogar massa por cima dos buracos, eles identificaram os locais que estavam trincados, removeram toda a parte comprometida e aplicaram a massa corretamente, deixando o pavimento muito melhor. O resultado foi excelente, e a população ficou satisfeita. Por isso, quero deixar aqui meu agradecimento de coração ao Romilton, ao Luciano e a toda a equipe que esteve envolvida nesse trabalho. Assim como o Lucas mencionou, o serviço de asfalto na Serra dos Lemes também ficou muito bom. Havia alguns trechos perigosos, e agora estão sendo melhorados aos poucos. Acredito que, apesar de não estar ruim antes, agora está cada vez melhorando mais. Aos poucos, vamos ajustando as demandas com o pessoal da Prefeitura, o secretário e todos os envolvidos, e vemos que as coisas estão caminhando. Pelo menos nesse início, sinto que estamos fazendo um bom trabalho, e estamos aqui para cobrar o que for necessário. Muitas vezes, algumas necessidades ainda não são trazidas porque não temos conhecimento de tudo, mas, quando uma demanda chega a qualquer um de nós, buscamos resolver da melhor forma possível. E sobre rivalidades, acho que aqui todo mundo está para trabalhar, independentemente de posicionamento político. Como a vereadora Lia mencionou, se o dinheiro vem, não importa de onde vem, o importante é aceitar e agradecer, porque ele beneficia a comunidade, não a nós individualmente. Ninguém está pegando dinheiro de deputado para si próprio, mas, se recursos estão sendo destinados, como os do Deputado Emidinho Madeira, é fundamental reconhecer. Como o vereador Luiz Carlos destacou, ele é o deputado mais votado na região de Cabo Verde e o que mais destina recursos para a saúde, incluindo cirurgias, exames e outras áreas essenciais. Ele também participa ativamente dessas questões. Muitas vezes, acompanho o Governador Zema dizendo que quem tiver alguma demanda na área da saúde, seja exame ou outro atendimento necessário, procure o Deputado Emidinho Madeira, porque ele sempre encaminha essas solicitações. Então, se os recursos estão chegando, não importa de onde vêm, precisamos recebê-los e utilizá-los para o bem da população. O Vereador **Pedro Sérgio solicita um aparte diz:** Aproveitando seu agradecimento pelos reparos

nas ruas, quero também expressar minha gratidão pelo trabalho realizado no Distrito São Bartolomeu de Minas. Foi um requerimento que apresentei aqui para que os buracos fossem tapados, e o serviço realizado foi de ótima qualidade. De uso da palavra o Vereador **Pedro Sérgio Aparecido diz:** Gostaria de fazer um agradecimento especial ao Deputado Dr. Maurício, que destinou recursos ao nosso município. Entre esses investimentos, está um parquinho solicitado pelo vereador Jacaré para a Serra dos Lemes. Além disso, acredito que ele também enviou uma verba destinada ao vereador Zé Maria. Quero agora falar sobre o rodeio, porque estou tentando entender melhor essa situação. A verba de um deputado vai chegar, e, da mesma forma, a do Deputado Emidinho Madeira também poderia chegar. Não estive presente na reunião do rodeio, mas assisti à live de quarta-feira, onde o deputado Emidinho explicou os detalhes do evento. Inclusive, o Deputado Antônio Carlos também estava participando. Segundo foi explicado, o custo do rodeio gira em torno de R\$ 760 mil, sendo: R\$ 200 mil de um deputado federal, R\$ 200 mil de um deputado estadual, R\$ 360 mil que o prefeito investiria para garantir que o rodeio fosse realizado de portões abertos. Se eu escutei bem, a Mariana mencionou que o evento ficaria em R\$ 810 mil, caso tenha sido esse o valor correto. O que me pareceu é que o Deputado Emidinho Madeira solicitou que fosse prestado contas de onde seriam aplicados os R\$ 200 mil que ele destinaria. Além disso, houve a questão do boi credenciado, o prêmio de R\$ 5.000 para o campeão, e o rodeio de cavalos. Mas o que mais me deixou pensativo foi o seguinte: A questão da praça de alimentação, já questionei aqui antes: por que essa praça de alimentação não pode ser oferecida aos comerciantes locais? Temos vendedores que trabalham na feirinha toda sexta-feira e oferecem comida de alta qualidade. Não é nota 10, é nota mil! Por que esses comerciantes não podem montar suas barracas durante o rodeio? Até hoje, a única que conseguiu colocar uma barraca na praça de alimentação foi a Silvana, do restaurante, e mesmo assim o espetinho dela ficou praticamente dentro do banheiro. Por que não abrir precedentes para outros comerciantes locais? Quero saber, de vocês que estiveram na reunião, isso foi discutido e acordado lá? O rodeio foi explicado na reunião e, até então, o prefeito tinha aceitado. Então, por que agora ele não quer mais esse recurso? Essas são as perguntas que as pessoas estão nos fazendo na rua. Por que Cabo Verde não terá esse rodeio? E, caso o Claudinho faça o evento com recurso próprio, o portão será aberto ou o ingresso será caro? Gostaria que essas questões fossem levadas ao Executivo, para que possamos trazer essas informações detalhadas à população e termos total clareza sobre o assunto. Na sequência, passa-se a **ORDEM DO DIA**. Consulta os Senhores(as) Vereadores(as) se estão de acordo com a suspensão da leitura da Ata de acordo com a Resolução 006/2013. Os Senhores(as) Vereadores(as) se manifestam favoráveis à suspensão da leitura da Ata da Reunião Ordinária, pois já vieram até a Secretaria antes dessa Sessão e procederam a leitura da mesma, averiguando seus conteúdos. A Ata é aprovada pelos(as) Vereadores(as) presentes, sem emendas. Na sequência a Sra. Presidente encaminha o Projeto de Lei nº 07/2025 que, **“REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 2.793, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2025, QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE VIGILANTES ARMADOS EM AGÊNCIAS BANCÁRIAS E SIMILARES NO MUNICÍPIO DE CABO VERDE/MG.”**, Projeto de Lei nº 2.328/2025 que, **ALTERA A REDAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.184, DE 10 DE AGOSTO DE 2007, “QUE DISPOE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO**

MUNICIPAL DE HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CABO VERDE E TOMA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, as Comissões de Legislação, Justiça, Redação e demais Comissões Permanentes para análise, discussão, elaboração de Pareceres e votação. Informa que o Projeto de Lei nº 07/2025 será discutido e votado em Reunião Extraordinária neste mesmo dia, em regime de urgência, diante das dificuldades operacionais e estruturais enfrentadas pelas agências locais, sobretudo as de pequeno porte, para implementação imediata das exigências previstas na **Lei Municipal nº 2.793, de 03 de fevereiro de 2025**. O Vereador Lucas Guilherme da Silva solicita **VISTA** ao Projeto de Lei nº 07/2025, de acordo com o Art. 358 do Regimento Interno da Câmara Municipal. A Sra. Presidente diante da solicitação de **VISTA** ao Projeto de Lei nº 07/2025, pelo Vereador Lucas Guilherme da Silva, consulta os demais Vereadores(a) presentes, se estão de acordo com a concessão solicitada. Todos(a) Vereadores(a) presentes se manifestam favoráveis a concessão de **VISTA** ao Projeto de Lei nº 07/2025 por cinco dias e retornará a sua discussão em Plenário no dia 26/05/2025, as 19 horas, em Reunião Ordinária. Em seguida, passa-se a solicitação de envio dos Requerimentos pelos Senhores Vereadores(as). A Sra. Presidente indaga se algum Vereador(a) deseja comentar ou fazer algum requerimento verbalmente. De uso da palavra o Vereador **Marcos Alexandre da Silva requer o que segue: a)** Requer a pedido do munícipe Antônio Ferreira Lopes, residente na Rua Olegário Prudenciano, nº 47, Distrito de Serra dos Lemes, que um poste de madeira em mau estado de conservação seja substituído neste endereço e que um fio de sustentação (estirante) fixado dentro de sua propriedade, sem autorização, seja retirado com a máxima urgência, pois vai iniciar uma construção e precisa do espaço utilizado pelo fio fixado ao solo. Número da instalação CEMIG do cliente: 3011040812. Diz que durante a ligação da rede elétrica, foi colocado um poste na divisa do terreno dele com o Sr. Deneval. No entanto, um estirante foi fixado dentro do terreno, sem autorização do proprietário. Esse poste parece frágil e, ao que tudo indica, não está sustentando adequadamente a rede elétrica. Segundo o morador, se esse estirante for removido, há risco de o poste cair. O problema se agrava porque o morador pretende construir no local onde o estirante foi colocado, e isso está impedindo a obra. Conversei com a equipe responsável pela instalação, e eles informaram que não poderiam fazer a retirada dos fios sem autorização da CEMIG ou da Prefeitura, pois o projeto previa a colocação desses estirantes. Entretanto, como foi feito sem a autorização do proprietário, a dona do terreno solicitou a remoção, mas a equipe se recusou a retirar, orientando que ela procurasse diretamente a CEMIG ou a Prefeitura. Diante dessa situação, peço que seja encaminhado esse pedido para a CEMIG ou para a Prefeitura, para que providências sejam tomadas, garantindo que o poste seja avaliado e que o morador não seja prejudicado. De uso da palavra o **Vereador Lucas Guilherme da Silva requer o que segue: a)** Que seja providenciada manutenção em um bueiro existente na rua Hélio Siqueira, nº10, bairro São Benedito, onde em vista que a grade quebrou e há risco de pedestre ou veículos se acidentarem no local; **b)** Que seja providenciada uma lixeira comunitária no bairro São Benedito; **c)** Que seja solicitado à Prefeitura Municipal relatório, pormenorizado, contendo as seguintes informações sobre as diárias pagas ao Secretário de Saúde no ano de 2024 e 2025, podendo a resposta ser por e-mail, a saber: Origem e destino das viagens; Data e hora de partida; Data e hora de chegada; Valor de cada diária e valores totais; Motivo

detalhado de cada deslocamento; Qual deslocamento utilizou veículo da Prefeitura Municipal. Fineza detalhar. **d)** Que seja solicitado à Prefeitura Municipal relatório, pormenorizado, contendo as seguintes informações sobre as diárias pagas ao Secretário de Assistência Social e Habitação no ano de 2024 e 2025, podendo a resposta ser por e-mail, a saber: Origem e destino das viagens; Data e hora de partida; Data e hora de chegada; Valor de cada diária e valores totais; Motivo detalhado de cada deslocamento; Em qual deslocamento utilizou veículo da Prefeitura Municipal. Fineza detalhar. **e)** Requer que seja realizada manutenção da estrada Vista Alegre próximo a Fazenda Passeio, pois a mesma encontra-se em estado precário de conservação. Atualmente, há pedras soltas e algumas valetas, que podem se tornar um problema maior com o aumento do tráfego, principalmente na região da Ponte do Café, onde a deterioração tem avançado. Na verdade, os moradores solicitaram a manutenção em todo o Bairro Vista Alegre, desde o morro até a região próxima à fazenda. O Vereador **Luiz Carlos Ribeiro solicita um aparte e diz:** Esta manutenção está no cronograma: depois de finalizar os trabalhos na Santa Luzia, a patrol seguirá para lá. De uso da palavra o Vereador **José Maria Messias requer o que segue:** **a)** Requer que seja realizada manutenção com patrol e cascalho, na estrada rural que se inicia no engenho do Sr. Vanderlei Dias, passando pela propriedade do Sr. Maurinho Dias, até a propriedade do Sr. Luiz Félix, no Bairro São Boaventura, pois, os trechos citados estão bastante esburacados dificultando o trânsito de veículos pelo local que é muito utilizado diariamente. Manifesta ainda, todo seu reconhecimento e agradecimento ao Deputado Estadual Dr. Maurício pela Indicação de Emenda Parlamentar destinada ao Fundo Municipal de Saúde num valor de cento e sessenta e sete mil e novecentos e seis reais para aquisição de veículos. A situação da estrada está bem ruim, e, na semana passada, estive no local para verificar pessoalmente. Os moradores me pediram para ir até lá, e realmente constatei que a via está quase intransitável, tornando urgente essa intervenção. Esse é o meu requerimento. Agora, gostaria de fazer um agradecimento ao Deputado Estadual Dr. Maurício, de Ouro Fino, por seu empenho em apoiar nosso município. Ele destinou dois veículos para a área da saúde, que já estão empenhados e logo estarão disponíveis para atender à população. Por enquanto, são esses dois carros, mas há mais novidades a caminho, e quero deixar registrado aqui meu reconhecimento pelo trabalho dele. De uso da palavra o Vereador **Pedro Sérgio Aparecido requer o que segue:** Requer que seja realizada a limpeza e drenagem ao redor do campo de futebol, no Distrito de São Bartolomeu de Minas. O local está muito sujo e precisa de manutenção urgente. De uso da palavra a Vereadora **Liamara Pereira Castello Branco requer o que segue:** **a)** Requer a pedido dos moradores do Bairro Serra Escura, que um parquinho infantil seja instalado no local, pois lá existem muitas crianças e por ser um bairro rural não possui locais de lazer ou para as crianças brincarem. De uso da palavra o Vereador **Luiz Carlos Ribeiro requer o que segue:** **a)** Requer que o espaço utilizado para realização de rodeios seja devidamente pavimentado, para que o **Evento do Tempero Solidário do Hospital São Francisco** seja realizado em breve, sem transtornos com poeira ou lama. **b)** Requer que seja realizada manutenção com máquina na estrada rural que dá acesso a propriedade do Sr. Ênio Leite e vai até o Bairro Santa Luzia, pois com o início da colheita do café os

moradores do local necessitam muito desta estrada em boas condições de trânsito. c) Requer que seja realizado patrolamento e cascalhamento da estrada rural próximo a propriedade dos Ferreira, passando pelas propriedades do Sr. Armando Cândido, Eduardo Rafael e Edis Leite, até o auto do café do Sr. José Carlos, no Distrito de Serra dos Lemes. Requer que seja enviado Ofício de pesares a família do Sr. Beto (vidraceiro) manifestando sentimentos por seu falecimento. Manifesta seu reconhecimento e agradecimento ao Deputado Antônio Carlos Arantes pela destinação de dois micro-ônibus e uma van para o transporte escolar de nosso Município, ressalta a importância desta parceria entre o Deputado Antônio Carlos Arantes e nosso Município. A Sra. Presidente consulta todos(as) Senhores(as) Vereadores(as), se estão de acordo com o envio dos Requerimentos. Todos(as) se manifestam favoráveis. Todos requerimentos serão enviados em nome desta Casa Legislativa a seus destinatários. Na sequência passa-se a fase de discussão e votação dos Projetos já encaminhados nesta Casa Legislativa. A Sra. Presidente solicita a Sra. Assessora Legislativa, Auricélia Martins da Silva Prado que proceda a leitura do Parecer e da emenda aditiva referente ao Projeto de Lei nº 2.315/2025 que, **AUTORIZAA A ANEXAÇÃO DE ÁREA RURAL, SITUADA NO LOCAL DENOMINADO FAZENDA PRIMAVERA, DE PROPRIEDADE DE MÚCIO ANTÔNIO TOLEDO E OUTROS, AO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CABO VERDE E TOMA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** Na sequência submete o referido Projeto de Lei a discussão e votação dos Senhores Vereadores. Os(as) Senhores(as) Vereadores(as) podem se manifestar. O Vereador **Luiz Carlos Ribeiro diz:** gostaria de destacar um ponto importante. Já foi salientado nas justificativas que esta Casa intermediou essa questão, e os dois lados se mostraram favoráveis à solução construída. Essa decisão premia ambos os lados, e ficamos muito felizes em poder contribuir com aqueles que nos procuraram para intervir nessa situação. Além disso, quero ressaltar o grande empreendimento que o Claudinho irá realizar. Menciono o Claudinho porque ele é sócio do Mucinho, ambos intervenientes e proprietários do terreno. Esse projeto ajudará a fortalecer ainda mais Cabo Verde, proporcionando novos espaços à população. Inicialmente, acredito que serão 175 lotes contemplados no loteamento, o que beneficiará muitas pessoas da cidade. Parabéns a todos os envolvidos! O Vereador **Lucas Guilherme da Silva diz:** gostaria de destacar a importância desse tema, assim como o vereador Luiz Carlos mencionou. Nos debruçamos sobre essa questão e representamos os moradores da rua, porque acredito que nenhum empreendimento vale a pena se ele comprometer o sossego da população que já está estabelecida. O crescimento é necessário, mas não pode vir a qualquer custo. Por isso, fico satisfeito que conseguimos chegar a um acordo, encontrar um meio-termo, um bom senso entre ambas as partes. Esse entendimento foi fundamental e importante para a democracia, pois demonstrou que, com diálogo, é possível solucionar conflitos de maneira justa e equilibrada. Também é essencial que a população perceba o papel do Poder Legislativo, que atua para dirimir impasses e garantir soluções quando há divergências. Por isso, meus parabéns às partes envolvidas, que souberam ceder um pouco de cada lado, permitindo que chegássemos a esse entendimento. O Vereador **Marcos Alexandre da Silva diz:** só para lembrar: assim como o vereador Luiz Carlos falou, o Claudinho mencionado não é o prefeito Claudinho, e sim o sócio do Mucinho, que está envolvido no empreendimento. Isso é só para evitar que o pessoal confunda com o nome do

prefeito. O Vereador **Pedro Sérgio Aparecido diz:** quero ressaltar um ponto importante. Depois de quase um ano de luta, tanto nós quanto os moradores enfrentamos desafios com a empreiteira, mas graças a Deus, conseguimos uma solução. Acredito que o nome Rua Maria de Lourdes não voltará tão cedo para esta Casa, porque já não aguentávamos mais ouvir sobre essa questão repetidamente. Quero agradecer à empreiteira, agradecer aos moradores, e também reforçar o pedido para que o Executivo acompanhe esse projeto de perto, garantindo que ele evolua e contribua para o crescimento da nossa cidade. Era só isso. A Vereadora **Maísa Renata Batista Gianini diz:** Só pra complementar, foram nove meses de trabalho, e até brinquei com os colegas que foi uma verdadeira gestação, tanto para os moradores quanto para a empreiteira. Gostaria de deixar também um agradecimento à legislatura anterior, em especial ao Vereador Daniel, que se dedicou muito a esse projeto quando ele chegou nesta Casa. Também quero reconhecer o empenho da Vanda, do Jacaré e do Vitor Megda, que estiveram conosco nessa caminhada. Desde o início, buscamos ouvir os moradores e a empreiteira, porque muitas vezes as pessoas acham que é rápido e fácil resolver algumas demandas que chegam à Câmara, mas, na prática, sabemos que é um processo complexo. Inclusive, comentei com a advogada Carla sobre como esse projeto foi importante para esta Casa, tanto para a empreiteira quanto para os moradores, pois conseguimos intermediar e chegar a uma solução que beneficia a todos. Tenho certeza de que todos os envolvidos, moradores e município sairão ganhando com esse desfecho positivo. Muito obrigado pela paciência e pelo trabalho realizado em conjunto. Todos(as) os(as) demais Vereadores(as) presentes se manifestam favoráveis a aprovação deste Projeto de Lei em discussão. **Parecer:** As Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Cabo Verde, no uso de suas atribuições regimentais, analisaram os Projetos de Lei nº 2.315/2025 e nº 2.316/2025, ambos de iniciativa do Poder Executivo, os quais tratam da anexação de glebas localizadas na Fazenda Primavera ao perímetro urbano do Município, com vistas à sua futura urbanização. Durante a tramitação legislativa, foi apresentada a Emenda Aditiva nº 01/2025, subscrita por vereadores desta Casa, com o objetivo de acrescentar aos projetos o art. 3º-A, que veda expressamente a abertura, prolongamento ou interligação de via pública pela Rua Maria de Lourdes Muniz Toledo, como forma de acesso aos parcelamentos do solo decorrentes da presente urbanização. Após análise conjunta, destacam-se os seguintes pontos: 1- Quanto aos Projetos de Lei nº 2.315/2025 e nº 2.316/2025, verifica-se que tratam de matéria de competência legislativa municipal, nos termos do art. 30, inciso VIII da Constituição Federal, que atribui aos Municípios o ordenamento territorial e o controle do uso e da ocupação do solo urbano. As propostas estão em consonância com o Plano Diretor Municipal e com os princípios da função social da cidade, do desenvolvimento urbano sustentável e da gestão democrática. 2 - Quanto à Emenda Aditiva nº 01/2025, conclui-se que: Está devidamente fundamentada no art. 48, inciso XIV da Lei Orgânica Municipal e no art. 310 do Regimento Interno da Câmara; Resguarda o interesse público e o ordenamento territorial urbano, ao vedar a interligação viária por via consolidada de uso estritamente residencial, em atenção à manifestação formal dos moradores, ao compromisso público anteriormente firmado pelo proprietário da gleba e às exigências técnicas de viabilidade e mobilidade urbana;

Está em consonância com os arts. 23, 35, 268, 283 e 292 do Plano Diretor Municipal (Lei Complementar nº 044/2008). Diante do exposto, as Comissões Permanentes manifestam-se favoravelmente à aprovação dos Projetos de Lei nº 2.315/2025 e nº 2.316/2025, bem como da Emenda Aditiva nº 01/2025, na forma apresentada. A Sra. Presidente submete o referido Projeto de Lei com emenda aditiva à votação dos(as) Senhores(as) Vereadores(as). Os(as) Senhores(as) Vereadores(as) podem se manifestar. O Projeto de Lei nº 2.315/2025, é aprovado por todos(as) Vereadores(as) presentes, com emenda aditiva. A Sra. Presidente solicita a Sra. Assessora Legislativa, Auricélia Martins da Silva Prado que proceda a leitura do Parecer e da emenda aditiva referente ao Projeto de Lei nº 2.316/2025 que, **AUTORIZA A ANEXAÇÃO DE ÁREA RURAL, SITUADA NO LOCAL DENOMINADO FAZENDA PRIMAVERA, DE PROPRIEDADE DE MÚCIO ANTÔNIO TOLEDO E OUTROS, AO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CABO VERDE E TOMA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** Na sequência submete o referido Projeto de Lei a discussão e votação dos Senhores Vereadores. Os(as) Senhores(as) Vereadores(as) podem se manifestar. Todos(as) os(as) Vereadores(as) se manifestam favoráveis a aprovação deste Projeto de Lei em discussão. **Parecer:** As Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Cabo Verde, no uso de suas atribuições regimentais, analisaram os Projetos de Lei nº 2.315/2025 e nº 2.316/2025, ambos de iniciativa do Poder Executivo, os quais tratam da anexação de glebas localizadas na Fazenda Primavera ao perímetro urbano do Município, com vistas à sua futura urbanização. Durante a tramitação legislativa, foi apresentada a Emenda Aditiva nº 01/2025, subscrita por vereadores desta Casa, com o objetivo de acrescentar aos projetos o art. 3º-A, que veda expressamente a abertura, prolongamento ou interligação de via pública pela Rua Maria de Lourdes Muniz Toledo, como forma de acesso aos parcelamentos do solo decorrentes da presente urbanização. Após análise conjunta, destacam-se os seguintes pontos: 1- Quanto aos Projetos de Lei nº 2.315/2025 e nº 2.316/2025, verifica-se que tratam de matéria de competência legislativa municipal, nos termos do art. 30, inciso VIII da Constituição Federal, que atribui aos Municípios o ordenamento territorial e o controle do uso e da ocupação do solo urbano. As propostas estão em consonância com o Plano Diretor Municipal e com os princípios da função social da cidade, do desenvolvimento urbano sustentável e da gestão democrática. 2 - Quanto à Emenda Aditiva nº 01/2025, conclui-se que: Está devidamente fundamentada no art. 48, inciso XIV da Lei Orgânica Municipal e no art. 310 do Regimento Interno da Câmara; Resguarda o interesse público e o ordenamento territorial urbano, ao vedar a interligação viária por via consolidada de uso estritamente residencial, em atenção à manifestação formal dos moradores, ao compromisso público anteriormente firmado pelo proprietário da gleba e às exigências técnicas de viabilidade e mobilidade urbana; Está em consonância com os arts. 23, 35, 268, 283 e 292 do Plano Diretor Municipal (Lei Complementar nº 044/2008). Diante do exposto, as Comissões Permanentes manifestam-se favoravelmente à aprovação dos Projetos de Lei nº 2.315/2025 e nº 2.316/2025, bem como da Emenda Aditiva nº 01/2025, na forma apresentada. A Sra. Presidente submete o referido Projeto de Lei com emenda aditiva à votação dos(as) Senhores(as) Vereadores(as). Os(as) Senhores(as) Vereadores(as) podem se manifestar. O Projeto de Lei nº 2.316/2025, é aprovado por todos(as) Vereadores(as) presentes, com emenda aditiva. A Sra. Presidente solicita a Sra.

Assessora Legislativa, Auricélia Martins da Silva Prado que proceda a leitura do Parecer referente ao Projeto de Lei nº 2.326/2025 que, **AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE DIVISA NOVA/MG, VISANDO A CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE SOBRE O RIO DO PEIXE, BAIRRO CAPITÃES, QUE FAZ DIVISA ENTRE ESTES MUNICÍPIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** Na sequência submete o referido Projeto de Lei a discussão e votação dos Senhores Vereadores. Os(as) Senhores(as) Vereadores(as) podem se manifestar. O Vereador Luiz Carlos Ribeiro diz: Acredito que os moradores estão muito ansiosos pela aprovação desse projeto, principalmente porque já se passaram seis meses desde a queda da ponte. Quanto mais rápido conseguirmos restabelecer aquela passagem sobre o Rio do Peixe, mais rápido conseguiremos solucionar os problemas enfrentados pelos moradores e produtores da região. Sabemos que a ponte não ficará pronta a tempo dessa colheita, mas será essencial para preparar a infraestrutura para a próxima. Tenho certeza de que esse projeto vem para beneficiar toda a população do Bairro Capitães, e também do Distrito de Divisa Nova. O Vereador Marcos Alexandre da Silva diz: gostaria de fazer um comentário. Seria importante que o Prefeito desse prioridade à reconstrução da ponte, como o vereador Luiz Carlos mencionou. Já se passaram seis meses desde a queda, e a população está sentindo muito a falta dessa passagem. Atualmente, os moradores precisam dar uma volta muito maior, o que dificulta o trânsito na região. Além disso, há produtores locais, como batateiros e leiteiros, que dependem da estrada para transportar seus produtos. Quando chove, a situação fica ainda pior, pois a necessidade de percorrer caminhos mais longos somada às más condições da estrada torna o deslocamento ainda mais complicado. Por isso, faço um pedido ao prefeito para que ele dê uma atenção especial a essa demanda e busque agilizar ao máximo essa obra. Sei que não é fácil, mas também não é impossível. Era só isso, Senhora Presidente. Todos(as) os(as) demais Vereadores(as) presentes se manifestam favoráveis a aprovação deste Projeto de Lei Complementar em discussão.

Parecer: O Projeto de Lei nº 2.326/2025, de iniciativa do Poder Executivo, visa autorizar o Município de Cabo Verde/MG a celebrar Termo de Convênio com o Município de Divisa Nova/MG para a construção de uma ponte sobre o Rio do Peixe, na divisa entre os Bairros Capitães (Cabo Verde) e São Bento (Divisa Nova), conforme coordenadas geográficas constantes da proposta. A obra, orçada em R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), será executada com rateio igualitário de custos entre os dois entes municipais, ficando a cargo de Cabo Verde a responsabilidade pela licitação, execução e fiscalização do empreendimento, mediante repasse proporcional de recursos por parte do Município de Divisa Nova. A medida encontra respaldo legal no art. 30, IX da Constituição Federal, bem como no art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993 e nas disposições do Plano Diretor Municipal (Lei Complementar nº 044/2008), que prevê expressamente a cooperação intermunicipal como instrumento legítimo de promoção do desenvolvimento e infraestrutura regional. A minuta do convênio anexa ao projeto delimita de forma clara as obrigações de cada parte, os prazos de execução, a origem dos recursos, bem como os mecanismos de alteração e rescisão, atendendo aos requisitos formais e materiais exigidos para a formalização de ajustes entre entes da federação. Diante do exposto, considerando o interesse público, a regularidade formal e a legalidade da proposta, as Comissões Permanentes manifestam-se

favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 2.326/2025. A Sra. Presidente submete o referido Projeto de Lei à votação dos(as) Senhores(as) Vereadores(as). Os(as) Senhores(as) Vereadores(as) podem se manifestar. O Projeto de Lei nº 2.326/2025, é aprovado por todos(as) Vereadores(as) presentes, sem emendas. A Sra. Presidente solicita a Sra. Assessora Legislativa, Auricélia Martins da Silva Prado que proceda a leitura do Parecer referente ao Projeto de Lei nº 2.327/2025 que, **DISPÕE SOBRE NOVO ACORDO JUDICIAL EM CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Nº 5000203-11.2021.8.13.0095 PROPOSTO POR EDEILSON MACHADO E SIMONE DE MORAIS MACHADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** Na sequência submete o referido Projeto de Lei a discussão e votação dos Senhores Vereadores. Os(as) Senhores(as) Vereadores(as) podem se manifestar. De uso da palavra o Vereador **Marcos Alexandre da Silva diz:** quero reforçar o que o vereador Luiz Carlos mencionou. Essa demanda referente ao terreno dela já dura 11 anos desde que ela comprou e pagou pelo imóvel. Foram 11 anos até conseguir de fato tomar posse, o que considero um tempo muito longo para quem investiu seu dinheiro e ficou aguardando todo esse período. Não sei exatamente o que aconteceu para que a justiça demorasse tanto, mas, por mais que um processo judicial demore, uma hora ele sai. O problema é que 11 anos é um período excessivo para resolver essa questão. Na minha opinião, isso deveria ter sido solucionado há muito tempo, pois é muito difícil para qualquer pessoa comprar um imóvel e esperar tanto tempo para tomar posse dele. Estou apenas expressando o meu ponto de vista, independentemente de qualquer questão específica, porque imagina alguém comprar algo e precisar esperar 11 anos para conseguir usufruir, é realmente um problema sério. Todos(as) os(as) demais Vereadores(as) presentes se manifestam favoráveis a aprovação deste Projeto de Lei Complementar em discussão. **Parecer:** O projeto em discussão tem por finalidade autorizar a substituição do imóvel anteriormente destinado aos senhores Edeilson Machado e Sione de Moraes Machado, no âmbito do acordo judicial homologado nos autos nº 5000203-11.2021.8.13.0095, em razão de inconsistências técnicas que inviabilizaram a utilização do bem inicialmente transferido. A medida justifica-se diante de equívoco técnico constatado no lote 25 da quadra C – Loteamento Alto Assunção, cujas dimensões reais apresentaram divergência em relação à matrícula e ao projeto original, o que impediu sua efetiva regularização pelos beneficiários. Para assegurar o cumprimento integral da decisão judicial e a adequada reparação, propõe-se a substituição por dois lotes urbanos localizados na Quadra A do Bairro Chapadão, os quais já foram objeto de avaliação técnica realizada por comissão municipal, atestando equivalência de valor e viabilidade jurídica da transferência. A proposta encontra amparo no art. 17 da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como na legislação municipal vigente, e alinha-se aos princípios da legalidade, eficiência, moralidade e continuidade dos atos administrativos, resguardando o interesse público e evitando a formação de novos passivos judiciais ao erário. Diante do exposto, considerando os aspectos jurídicos, urbanísticos e patrimoniais envolvidos, as Comissões Permanentes manifestam-se favoravelmente à aprovação do projeto, por entenderem que a medida proposta é necessária, legal e conveniente à Administração Pública. A Sra. Presidente submete o referido Projeto de Lei à votação dos(as) Senhores(as) Vereadores(as). Os(as) Senhores(as) Vereadores(as) podem se manifestar. O Projeto de Lei nº 2.327/2025, é aprovado por

todos(as) Vereadores(as) presentes, sem emendas. A Sra. Presidente anuncia a aprovação dos Projetos de Lei nºs 2.315 e 2.316/2025 com emenda aditiva, por todos(a) Vereadores(a) presentes e aprovação dos Projetos de Lei nºs 2.326 e 2.327/2025 sem emenda, por todos(a) Vereadores(a) presentes. A Sra. Presidente indaga ao Vereador Luiz Carlos Ribeiro Líder do Governo nesta Casa Legislativa, se o mesmo gostaria de dar alguma informação a população sobre os trabalhos do Executivo. **Luiz Carlos diz que sim** e utiliza-se da palavra para as seguintes informações: Gostaria de registrar alguns serviços realizados recentemente. Na região dos Coelhos, foi feito um cascalhamento e manutenção das estradas na Condessa, atendendo a uma demanda antiga dos moradores. Além disso, tirei uma foto do parquinho no São Miguel, bem cedo pela manhã, por isso está um pouco escura. Mas o importante é que o serviço foi bem feito e tudo está funcionando perfeitamente por lá. Outro ponto importante é o serviço de aduelas, com duas obras que estão sendo concluídas amanhã. Uma delas perto da Fazenda do Sr. Bernardino, nos Coelhos; a outra, na entrada do Fundão. Essas duas aduelas serão instaladas nos passadores de gado, um pedido antigo que finalmente está sendo atendido. Gostaria de agradecer aos funcionários, porque ajustar uma aduela para que fique bem encaixada não é um trabalho simples. Comentei com a Presidente no início da reunião que esse é um serviço que dura no mínimo 60 anos, substituindo de vez a estrutura de madeira, que antes apodrecia com o tempo. Agora, essa solução fica definitiva para o futuro. Reforço meus parabéns a todos os funcionários que executaram esse trabalho de excelência! Também quero destacar o serviço realizado na Rua Adão Rodrigues, perto da Nova Cabo Verde. O trabalho de bloquetoamento foi concluído, e agora o serviço está pronto. Essa era uma demanda antiga da legislatura anterior. O Vereador Daniel Galdino solicitou esse serviço várias vezes, assim como o Juscelino e a Tereza, que lutaram por essa melhoria. Por isso, é sempre importante lembrar das pessoas que passaram por aqui, fizeram solicitações e agora finalmente estão sendo atendidas. A Sra. **Presidente diz:** Na verdade, essa rua foi um resultado do nosso Câmara em Ação, quando estivemos no Bairro Chapadão. Na época, participaram o Vereador Paulinho, Juscelino, Tereza, Daniel e todos nós que estávamos lá, na gestão anterior. Sempre falamos sobre onde as máquinas patrol estão atuando, mas é importante lembrar que, às vezes, ocorrem imprevistos. Uma das máquinas ficou parada por dois dias por conta de manutenção, e outra parou por um dia devido a problemas mecânicos. Precisamos considerar quantos serviços essas patrol poderiam estar realizando nesse tempo, e também o custo dessas manutenções, que não são baratas. Inclusive, solicito ao prefeito que informe o valor desses gastos, para termos um panorama mais claro do impacto financeiro dessas paralisações. Falando sobre o serviço na Condessa, ele foi realizado até no Alto do São Boa Ventura. Agora, conforme adiantado pelo vereador Zé Maria, a patrol seguirá para o Engenho do Vanderlei Dias e continuará até o Maurinho. Tenho certeza de que amanhã o trabalho começará naquela região, atendendo a essa demanda o mais rápido possível. Depois, a patrol retornará para a Jangada e seguirá com os trabalhos na Cruz Santa, onde há estradas estreitas que precisam de manutenção para garantir o tráfego durante a colheita de café, que é essencial nesse período. O Vereador **Lucas diz:** Aproveitando que já está na Condessa, será que não vai passar ali onde fica o Silas Paixão e, depois, um

pouco mais à frente, no Toninho? O Vereador Luiz Carlos diz: Na semana passada, foi feito o serviço de manutenção no local onde foi tirada a foto da água. Durante esse trabalho, alguns canos dos moradores acabaram sendo furados, pois estavam muito rasos na estrada, o que demonstra a necessidade de ajustes na profundidade para evitar futuros problemas. Além disso, depois dessa etapa, os serviços seguirão para a região das Corujas. Sobre a ponte, hoje aprovamos o projeto, mas é importante ressaltar que a outra ponte, mais abaixo, está recebendo trânsito muito pesado. Com isso, um dos lados começou a abrir, representando um risco estrutural. Para evitar problemas maiores, o Executivo está enviando dez caminhões de pedra para reforçar o suporte da ponte e impedir que ela venha a ceder. Também foi realizado um excelente serviço na ponte do Zé Olímpio, na divisa com Divisa Nova, mas é essencial que seja feito o calçamento para que esse trabalho não se perca. Outro ponto é a ponte do Dito Messias, que há muito tempo é mencionada. Essa é uma demanda antiga, e no ano passado, um caminhão chegou a cair no local, acredito que foi próximo ao Timóteo Agrião. Houve pedidos dos vereadores, e ao que tudo indica, essa semana a patrol irá para lá. Essa obra é importante porque liga a região das Corujas, e já conseguimos as vigas compridas para a estrutura. A previsão é que o serviço seja realizado entre esta semana e a próxima. Também há outra patrol subindo na região do Ênio Leite. Seguirá para a Santa Luzia, descerá para o Jorge e o Boy, onde será feito cascalhamento nos dois lugares. Como a senhora mencionou, é fundamental garantir o cascalhamento, então depois os serviços continuarão: Descendo para a Cata e o Grilo, depois, seguindo para o São Miguel, conforme já falamos anteriormente. O Vereador Marcos Alexandre diz: Eu acho que o senhor esqueceu de falar de descer lá na Santa Luzia e na Cana do Reino, para terminar o serviço lá. Aproveitando o momento, gostaria de agradecer ao prefeito. Ele havia mencionado que iria mandar arrumar a estrada que liga os Verola às Almas, e já foi feita uma primeira melhoria no local. O povo já está satisfeito com essa ação inicial, mas o serviço ainda vai voltar depois da colheita para que seja realizado um trabalho completo. O Vereador Luiz Carlos diz: Na verdade, depois que estiver lá na Santa Luzia, vai descer para a Cana do Reino, perto da Fazenda do Juvenil Leite. Informa sobre a chegada de dois ônibus e uma van, fruto de uma emenda parlamentar do Deputado Antônio Carlos Arantes, no valor de aproximadamente R\$ 1.000.100,00. Cada ônibus custou R\$ 400.000,00 e a van teve um investimento de R\$ 350.000,00, estes veículos serão destinados a educação. Essa conquista mostra a importância da nossa ligação com os deputados, pois esse tipo de investimento beneficia diretamente a nossa população. Para área da saúde vai chegar um micro-ônibus para fazer o transporte do pessoal daqui para Alfenas, e está previsto para chegar em breve, pois é uma iniciativa do governo estadual. A gravação desta Reunião fica salva em arquivo eletrônico em sua integralidade, caso haja alguma dúvida por parte de algum(a) Vereador(a) sobre sua fala, devendo o(a) Vereador(a) se manifestar em tempo hábil, para a devida correção, antes da aprovação desta Ata. Nada mais havendo para tratar, para constar, agradece a presença de todos a mais esta Reunião e deixa marcada a próxima para o dia 26 de maio de 2025 às 19:00 horas. E eu Assessora Legislativa, lavro a presente Ata que, depois de submetida ao Plenário, se aprovada, vai por todos assinada.

João Paulo de Moraes

José Maria Messias

Juscelino Tereza

Liamara Pereira Castello Branco

Lucas Guilherme da Silva

Luiz Carlos Ribeiro

Maísa Renata Batista Gianini

Marcos Alexandre da Silva

Pedro Sérgio Aparecido

Observações: _____

ESTE ESPAÇO FICA INUTILIZADO.